



miniTEMAS 2017
DIREITOS HUMANOS

GUIA DE ESTUDOS



CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

Adaptado do guia de Estudos do Conselho de Segurança das Nações Unidas do TEMAS 12 – Direitos Humanos

Amabilly Bonacina, André Amaral, Guilherme Sodré, Marcela Emediato e
Patrícia Siqueira

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

Belo Horizonte

2017

1.1. O Conselho de Segurança	4
1. CRISE HUMANITÁRIA NO CONTINENTE AFRICANO	8
1.1. Contexto histórico sobre o continente Africano	8
1.2. A questão da República Centro-Africana	8
1.2.1. Contexto Histórico	8
1.2.3. A ação da MINUSCA e a crise humanitária	13
1.2.4. Panorama socioeconômico	15
1.3. A questão do Sudão e do Sudão do Sul	17
1.3.1. Contexto histórico do Sudão	17
1.3.2. Contexto histórico do Sudão do Sul	19
1.3.3. A criação da MINUSS e a eclosão do conflito no Sudão do Sul	21
1.3.4. O mandato da MINUSS	23
1.3.5. As limitações da missão	24
1.3.6. O futuro da MINUSS	27
1.3.7. A UNAMID	28
1.4. Posicionamento das delegações acerca do tópico	29
1.4.1. República de Angola	29
1.4.2. República do Chade	29
1.4.3. República do Chile	30
1.4.4. República Popular da China	30
1.4.5. Reino da Espanha	31
1.4.6. Estados Unidos da América	31
1.4.7. Federação da Rússia	32
1.4.8. República Francesa	32
1.4.9. Reino Hachemita da Jordânia	33
1.4.10. República da Lituânia	33
1.4.11. Malásia	34
1.4.12. República Federal da Nigéria	35
1.4.13. Nova Zelândia	35
1.4.14. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	36
2.4.15. República Centro-Africana	36
2.4.16. República Bolivariana da Venezuela	37
3. Referências Bibliográficas	38

1. AS NAÇÕES UNIDAS

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, havia na comunidade internacional um sentimento generalizado de que era preciso encontrar uma forma concreta e eficaz para manter a paz entre os países. Assim, notada a ineficiência da Liga das Nações, em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada com a ratificação de sua Carta pelos Estados-Membros, com o principal dever de restabelecer e assegurar a paz entre todas as nações, além de promover o progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos.

1.1. O Conselho de Segurança¹

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) tem a responsabilidade, segundo a carta da ONU², de manter a paz e a segurança internacional. A estrutura que o origina é explicitada no Capítulo V da Carta das Nações Unidas e sua atuação é regida pelos Capítulos VI, VII e VIII. É dever do Conselho, portanto, determinar a existência de ameaças à paz ou atos de agressão e, imediatamente, convocar as partes para o diálogo utilizando de meios pacíficos, e por conseguinte, recomendar métodos e termos de constituir uma resolução para a situação (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016).

O CSNU é constituído por quinze nações-membros das Nações Unidas, cinco delas membros permanentes³ e dez outros Estados membros não-permanentes, eleitos pela Assembleia Geral da ONU com o critério de distribuição geográfica. Ou seja, cinco oriundos da África e da Ásia, um da Europa Oriental, dois da América e dois da Europa Ocidental para um mandato de 2 anos não prorrogável. Ainda de

¹ Esta seção é um enxerto da primeira seção de GUIMARÃES, Fernanda. *A atuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas na Guerra Civil Síria: Conflitos de Interesse e Impasses entre os P5 e a Consequente Falta de Resolução para a Questão*. Belo Horizonte, 2017 (p. 2-4)

² Carta das Nações Unidas, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>. Acesso em 27 de julho de 2015.

³ Os membros permanentes do Conselho são a República Popular da China, a Federação Russa, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, a República Francesa e os Estados Unidos da América.

acordo com a Carta, segundo o Artigo nº 25, todos os Estados-Membros concordam em aceitar e a executar as decisões do Conselho.

A Carta da ONU institucionaliza as funções e poderes do Conselho de Segurança. Desta forma, por meio deste instrumento, é atribuído ao órgão o “monopólio sobre a autorização da coerção militar e não militar, resguardando o direito individual ou coletivo à autodefesa” (AMORIM, 1988; p.7). As medidas tomadas sob a égide do Capítulo VII são as únicas manifestações que demonstram o uso de autoridade por parte do Conselho de Segurança, pois podem ser impetradas sem o consentimento de outros atores do sistema internacional. Assim, notando que este mecanismo pode estar suscetível ao uso discricionário do poder concedido ao Conselho, pressupõe-se que seja necessário que as ações coercitivas tomadas visando o estabelecimento da ordem no cenário internacional sejam pautadas na justiça, orientadas por uma coordenação multilateral que reflita os interesses coletivos no tocante à manutenção de uma paz estável (AMORIM, 1988).

O fato das Nações Unidas não disporem de uma força militar própria faz com que as intervenções executadas pelo Conselho de Segurança ocorram por meio da participação de exércitos nacionais e coalizões formadas pela contribuição de Estados membros. Assim, é imperativo que exista a concordância entre todos os membros permanentes do Conselho de Segurança no tocante às diretivas das intervenções, considerando a possibilidade do uso de poder de veto aniquilar qualquer ação coletiva e, portanto, impedir a realização destas intervenções (AMORIM, 1988).

Diante dos paradigmas atuais de governança global, é possível observar que o Conselho de Segurança desempenha as vias de um ator com participação ativa no que tange aos assuntos securitários da agenda global através da atuação conjunta e do relacionamento de seus países membros. O Conselho de Segurança, portanto, instrumentaliza a ação dos Estados que o compõem e permite a interferência - incluindo em ocasiões nas quais se observa a necessidade de recorrer ao uso da força - de forma multilateral em localidades nas quais ameaças à paz internacional se instalaram. Assim, o órgão permite que Estados viabilizem a interferência direta em

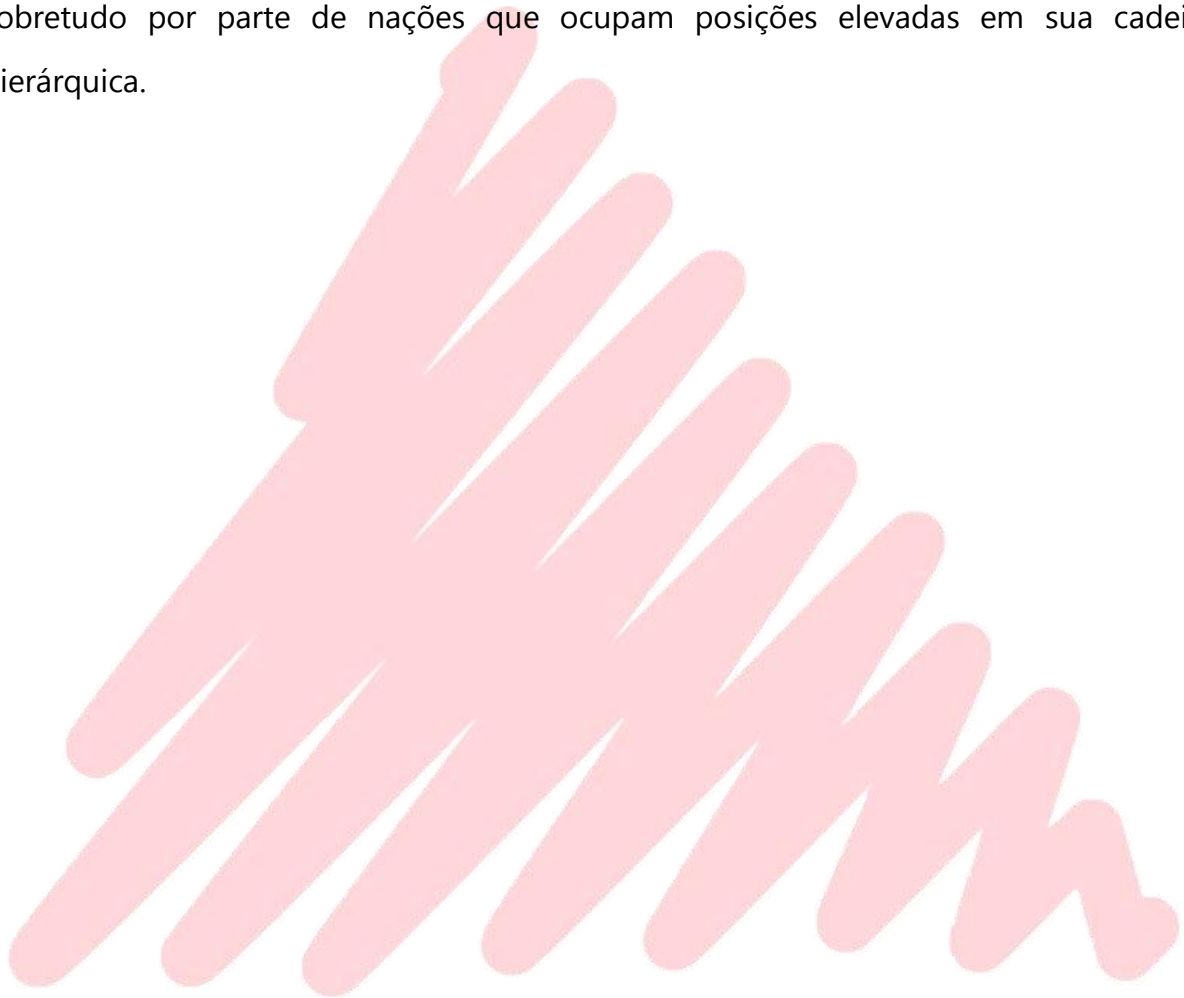
outros Estados, desde que em acordância com os princípios e procedimentos descritos na Carta das Nações Unidas, nas situações passíveis de representar uma crise à estabilidade global, e, portanto, faz as vias de enforcement dos objetivos demonstrados pelos Estados membros em relação à resolução de situações críticas (ABBOT; SNIDAL, 1998).

A formação do Conselho Segurança é altamente centralizada, instituída por meio de uma estrutura organizacional concreta e estável em conjunto de um aparato administrativo para ações coletivas, como também apresenta maior grau de autonomia em comparativo aos demais órgãos componentes da Organização das Nações Unidas, considerando a capacidade que este detém de realizar intervenções diretas em territórios nacionais, desde que a ocorrência da ação seja de caráter neutro e objetive a erradicação de mecanismos que perturbem a ordem e a paz internacional (ABBOT; SNIDAL, 1998).

A centralização da estrutura do Conselho de Segurança, juntamente de sua autonomia para agir no cenário internacional, faz com que o órgão seja mais do que apenas um mecanismo para dar suporte às negociações intergovernamentais, mas sim, seja capaz de gerir uma grande variedade de atividades operacionais. A forma a partir da qual o Conselho de Segurança gerencia suas ações, seja por meio das discussões durante as reuniões com seus Membros ou na aplicação prática das disposições acordadas, é representativa do aspecto principal que perpassa sua composição, ou seja, a observância de interações de forma multilateral inseridas em uma conjuntura altamente hierárquica e excludente. Dessa forma, a gerência da operacionalidade demonstrada pelo Conselho de Segurança é submetida à dinâmica que emana de sua configuração, sendo os atores que ocupam posições mais elevadas em meio a esta hierarquização os viabilizadores - ou, em certos casos, os impedidores - do exercício operacional do Conselho de Segurança (ABBOT; SNIDAL, 1988).

O Conselho é a única instância dentro do escopo das Nações Unidas na qual é vetada a ampla participação de todos os Estados membros da organização. Além

disso, dentro do próprio quadro de membros do órgão, há uma clara distinção entre os permanentes e os não-permanentes, de modo que o status da perenidade em ocupar as cadeiras do Conselho confere o beneplácito do uso de veto, conforme os interesses apresentados pelo país em meio às negociações (AMORIM, 1988). Dessa forma, torna-se problemática a possibilidade de aproveitar do Conselho de Segurança, e, por conseguinte, sua capacidade de ação coercitiva no cenário internacional, como meio de instrumentalizar e legitimar interesses unilaterais na temática de segurança, sobretudo por parte de nações que ocupam posições elevadas em sua cadeia hierárquica.



1. CRISE HUMANITÁRIA NO CONTINENTE AFRICANO

1.1. Contexto histórico sobre o continente Africano

Desde o processo de descolonização, iniciado na década de 1950, o continente Africano vem buscando meios de se firmar no cenário internacional. É importante destacar a vida política africana, uma vez que muitas das crises humanitárias que o continente vive hoje derivam de um contexto histórico turbulento e em muitos casos, das crises políticas dos países. Existem seis fases definidas: 1) a ascensão à independência, 2) a formação de um sistema de Estados Africanos, 3) os conflitos da Guerra Fria, 4) a “pacificação” e a marginalização, 5) a inserção da África do Sul e o conflitivo reordenamento geopolítico da África Central e 6) a reafirmação africana (VISENTINI, 2010).

A partir da década de 1960, começam as primeiras tentativas de organização do continente. Na busca de tentar desenvolver a cooperação entre os novos Estados, surge a Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963. Nos anos seguintes vários fatos internacionais influenciam diretamente no comportamento dos novos Estados, como a Guerra Fria e a bipolarização, o Movimento dos Não Alinhados, as Crises do Petróleo e a Conferência de Bandung.

1.2. A questão da República Centro-Africana

1.2.1. Contexto Histórico

A atividade governamental instaurada na República Centro-Africana remete ao clientelismo, uma vez que cargos são distribuídos arbitrariamente. Portanto, é comum a nomeação de gestores com base em critérios étnicos e benefícios pessoais.

Essa realidade de falhas governamentais é origina-se da confluência de vários fatores históricos. Em 1990, durante o governo de Kolingba, um movimento pró-

democracia surgiu no país, inspirado na queda do Muro de Berlim. Na mesma diretriz, um grupo de países e agências, representado localmente, chamado GIBAFOR (França, EUA, Alemanha, Japão, União Europeia, o Banco Mundial e a ONU) pressionou Kolingba a adotar eleições livres para a RCA. Ele cedeu às pressões e acabou convocando as eleições, que ocorreram em outubro de 1992, assessoradas pelo Escritório de Assuntos Eleitorais da ONU. Contudo, Kolingba não sai vitorioso e, visando manter-se no poder, alega supostas irregularidades nas eleições. Com isso, o GIBAFOR volta a pressioná-lo, dessa vez para estabelecer um Conselho Político Provisório Nacional (CNPPR) e para criar uma "Comissão Eleitoral Mista", que incluísse representantes de todos os partidos políticos. Contudo, nada disso se concretiza. Quando finalmente é realizada uma segunda eleição, em 1993, novamente com a ajuda da comunidade internacional, Ange-Félix Patassé vence e assume o governo.

Patassé tem um estilo de governo bem diferente de Kolingba e, por isso, vários partidários de Kolingba acusam-no de conduzir uma perseguição, ou "caça às bruxas", como nomearam, contra a etnia Yakoma. Uma nova constituição é aprovada em 28 de dezembro de 1994, mas essa não revela grande impacto sob o panorama político do país - múltiplos problemas sociais, alta corrupção e muita insatisfação por parte da população.

Entre 1996 e 1997, refletindo o abalo da confiança pública e a impopularidade do governo, ocorrem três motins contra a administração de Patassé. Os motins foram seguidos por uma destruição generalizada de propriedades e pelo acirramento da tensão étnica. Durante esse período, o Corpo da Paz, instalado para auxiliar a conturbada situação da RCA, evacuou seus voluntários para o país vizinho, Camarões, também em situação crítica, de forma que o país ainda teve sua assistência defasada.

Com isso, foi assinado em janeiro de 1997, o Acordo de Bangui, que prevê o envio de uma missão militar interafricana para a República Centro-Africana e a

permissão reentrada de ex-amotinados para o governo em 7 de abril de 1997. Porém, A missão militar interafricana acabou sendo substituída por uma força de manutenção de paz das Nações Unidas, em 1998, que foi chamada de MINURCA⁴.

Em 1998, as eleições parlamentares resultaram nos aliados de Kolingba ganhando 20 dos 109 assentos, o que evidencia certa popularidade do opositor de Patassé. Mas ainda assim, em 1999, apesar da raiva pública generalizada nos centros urbanos por seu governo corrupto, Patassé ganhou um segundo mandato na eleição presidencial. Entretanto, os descontentamentos novamente despontaram e em 28 de maio de 2001, os rebeldes invadiram edifícios estratégicos de Bangui, em uma tentativa fracassada de golpe. Nesse episódio, o chefe do Exército, Abel Abrou, e o General François N'Djadder Bedaya foram mortos, na tentativa de conter a rebelião. Mas a retaliação de Patassé não tardou, e este trouxe pelo menos 300 soldados do líder rebelde congolês Jean-Pierre Bemba, além dos soldados líbios, que se envolveram na causa, para contra-atacar. Milícias leais à Patassé também buscaram vingança, fato que ocasionou tumultos e o assassinato de muitos opositores políticos nos bairros de Bangui.

Patassé chegou a suspeitar que o general François Bozizé estivesse novamente envolvido em outra tentativa de golpe contra ele, o que levou Bozizé a fugir com tropas leais ao Chade. Patassé estava certo em relação às intenções de Bozizé, entretanto, não quanto à data, pois foi só em março de 2003, que Bozizé organizou um ataque surpresa contra ele, que estava fora do país na ocasião. Os rebeldes e as forças de Bozizé atacaram como veemência, e, apesar das tropas líbias e cerca de 1.000 soldados da organização rebelde congoleza de Bemba tentarem impedir, Bozizé

⁴ Minurca: foi implantado em abril de 1998 para ajudar na manutenção e reforço da segurança e da estabilidade em Bangui e arredores; supervisionar, controlar o armazenamento e monitorar a disposição de armas recuperadas no exercício de desarmamento; auxiliar na capacitação de polícia nacionais; fornecer aconselhamento e apoio técnico para as eleições legislativas. Mais tarde, MINURCA também foi mandatada para apoiar a realização de eleições presidenciais e supervisionar a destruição de armas confiscadas.

derrubou Patassé.

Posicionando-se quanto à tomada de poder pela força e destituição do presidente Ange-Félix Patassé o Conselho de Segurança condenou⁵ o golpe e pediu encarecidamente para que as autoridades de Bangui elaborassem um plano que promovesse o diálogo de modo a promover a realização de eleições o mais rápido possível. Em 2005, eleições foram realizadas e o General Bozizé foi eleito no segundo turno com 64,6% dos votos.

O governo Bozizé, especialmente a Guarda Presidencial, foi acusado de cometer abusos graves de direitos humanos, especialmente no norte da RCA. A Human Rights Watch entrevistou ex-prisioneiros encarcerados sob o governo de Bozizé, que foram recentemente libertados de um centro de detenção ilegal no centro de treinamento militar do Bossembélé. Eles foram mantidos incomunicáveis por meses, alguns até por anos enquanto estavam presos; a eles foram negados alimentos, água e outros serviços básicos, além disso, foram torturados.

A má administração evidenciada nesse conturbado período exposto tem efeitos muito danosos à economia, empobrecendo o povo e prejudicando os investidores, de forma que o colapso da economia se torna um colaborador para o colapso do estado. O governo da República Centro-Africana (RCA), não conseguia prestar as funções estatais básicas, ademais, eram quase inexistentes os serviços sociais, que acabavam sendo prestados por Organizações Não-Governamentais. Além disso, constata-se que a RCA é um estado fracamente institucionalizado, em que é perceptível a falta de segurança, gerando uma atmosfera de alta vulnerabilidade a rebeliões e golpes, tão comuns na região.

⁵ Declaração feita pelo presidente do CSNU em 2004: Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PRST/2004/39>. Acesso em 31/08/2015.

1.2.2. A crise de 2013

O ano de 2012 foi marcado por uma forte onda de desestabilização nacional (ALT, 2014). Em dezembro, as forças rebeldes do grupo Séléka (aliança de três principais grupos rebeldes, composto majoritariamente por muçulmanos) começaram sua mobilização contra o Governo de Bozizé, que culminou com a tomada da capital, Bangui, em março de 2013. Com a destituição do presidente Bozizé, o líder do grupo rebelde, Michel Djotodia, assumiu o cargo, deixando um rastro de destruição, abusos e pavor pelas províncias que saqueou, até a chegada na capital (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013). Djotodia também suspendeu a Constituição e auto intitulou-se presidente-interino. Os avanços do grupo – que partiu do norte do país – eram violentos e prejudicaram atividades econômicas desenvolvidas pelo país, tais como agricultura e mineração (ALT, 2014).

A oposição ao grupo que está no poder é formada por rebeldes do anti-balaka – que existiam desde a década de 1990, e que, a partir de 2013, passaram a atacar o Séléka. O Anti-balaka é constituído por diversos grupos étnicos, como Gbayas e Bandas. Também não possuem unidade religiosa, sendo cristãos católicos, protestantes ou tendo crenças locais. O conflito entre as milícias começou a partir de setembro daquele ano, quando os Anti-balakas passaram a agir contra as ações adotadas pelo presidente Djotodia – que iria desmanchar o grupo Séléka e incluir seus componentes nas Forças Armadas, privando-os da representação política que havia sido prometida (ALT, 2013). Logo, além de enfrentarem agentes externos, internamente a situação também se tornou instável e o novo governo perdeu o controle da situação, dando espaço para confrontos extremamente violentos entre os diversos grupos insurgentes. Ademais os dois lados têm sido responsáveis pela morte de inúmeros civis (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013).

Nesse contexto, a França atrai atenção mundial para a crise que a RCA vinha

enfrentando. Como ex-colônia francesa, o país ainda possui certos vínculos com os franceses, que fizeram, seja por interesse político, seja por interesse econômico, junto da ONU voltarem seu olhar para a situação. Com isso, mais uma missão no continente africano foi aprovada pelo Conselho de Segurança a Resolução 2127, em cooperação com a União Africana. A MISCA (Missão internacional de apoio à República Centro Africana sob mandato africano) foi a primeira tentativa de implementação de uma missão no país e no ano seguinte passa o mandato para a ONU, passando a se chamar MINUSCA (Missão multidimensional integrada da ONU para a estabilização da República Centro Africana). No fim de 2013 a ONU aprovou o envio de tropas por parte da França para intervenção direta no país, chamada de operação Sangaris, cujo objetivo era controlar as rebeliões, desarmar milícias e reforçar a MISCA.

A situação local, então, engloba falta de polícia ou qualquer tipo de segurança pública, escolas fechadas e hospitais ocupados pelos rebeldes, agravando a crise humanitária. Apesar de tudo, o presidente Djotodia afirma que nenhum abuso foi cometido por parte do Séléka, mesmo com a confirmação por parte de um dos membros da milícia. Além disso, após 2013 a maioria dos ataques realizados contra civis foi em províncias controladas pelo Séléka (HUMAN RIGHT WATCH, 2013).

A crise de 2013 abalou o país já frágil. As atrocidades cometidas tanto pelo grupo Séléka, quanto pelo grupo Anti-balaka não causaram só uma enorme crise humanitária. A economia, já deficitária, declinou ainda mais, violentas tensões nas comunidades e ataques a muçulmanos ocorreram no oeste do país (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2014).

1.2.3. A ação da MINUSCA e a crise humanitária

Em setembro de 2013 a crise humanitária chega a um ponto insustentável. Através de uma iniciativa francesa que "alertou o mundo para um possível genocídio

na RCA” o CSNU aprovou a implementação da MISCA, já citada. Os rebeldes do Séléka realizavam ataques usando facções, chamados de balakas (ALT, 2014), contra civis desarmados, cometendo estupros e assassinatos a sangue frio de crianças e idosos. Nas províncias, moradores eram obrigados a deixarem suas casas para que os rebeldes pudessem saqueá-las. Mais de mil casas foram destruídas ao longo de 34 vilas pelas quais eles passaram (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013).

Em janeiro de 2014, após a renúncia de Djotodia, Catherine Samba-Panza é eleita presidente da RCA. Em abril, o CSNU aprovou a transição da MISCA em MINUSCA, mobilizando 12 mil capacetes azuis para atuarem na República Centro-Africana. Apesar das eleições, a situação de insegurança continuou. Os ex-rebeldes do Séléka atacaram um comboio de 1300 muçulmanos que saíam da capital em direção ao norte do país. Emboscadas e ataques a vilas continuaram ao longo de 2014. Em julho desse ano, em Brazzaville no Congo, houve uma reunião na tentativa de abrir um diálogo entre os grupos opostos e restabelecer a paz. Um cessar fogo foi assinado entre rebeldes do ex-Séléka e a milícia Anti-balaka, após aqueles abrirem mão da ideia de divisão do país com base na religião.

Após o acordo no Congo, a ONU e a RCA concordaram em criar uma corte, composta por juízes tanto locais quanto internacionais, para julgar os crimes cometidos no país durante os conflitos e de punir seus responsáveis. Porém, em outubro, cinco pessoas foram assassinadas na capital e outras ficaram feridas em novos confrontos entre comunidades. Nesse contexto, o CSNU, em 2015, prolongou por um ano o mandato da MINUSCA e clama pela aceleração das eleições, que estão previstas para dezembro de 2015. Entretanto, em abril nesse ano, o jornal britânico The Guardian revela que relatórios confidenciais da ONU denunciam que abusos infantis estariam sendo cometidos pelas forças armadas internacionais. O testemunho de algumas vítimas revela que elas eram violentadas em troca de alimentos ou

dinheiro. 14 soldados franceses e 5 militares estrangeiros foram acusados, tendo os fatos acontecidos entre dezembro de 2013 e junho de 2014. Em setembro de 2015 mais atos violentos ocorrem próximos a um bairro muçulmano, nos quais pelo menos 20 pessoas foram mortas, fazendo com que o primeiro-ministro clamasse por ajuda à missão francesa Sangaris e à MINUSCA para reforçar as patrulhas nacionais.

A MINUSCA foi estabelecida em 10 de abril de 2014 pela Resolução 2149 do CSNU, tendo como prioridade máxima a proteção de civis, o respeito aos direitos humanos e a assistência humanitária. Também está previsto o suporte na transição política a fim de garantir a soberania do Estado. Ela é composta atualmente de 10.806 pessoas, entre militares, voluntários e empregados. A grande questão envolvendo a missão são as recorrentes denúncias de abusos cometidos por militares em um ambiente em que deveria prevalecer a proteção e a garantia de condições dignas aos refugiados. Até agosto de 2015 diversos jornais e ONGs denunciaram incidentes ligados à missão - a Anistia Internacional reportou aproximadamente 57 incidentes. Em resposta a ONU iniciou uma série de investigações para apurar tais crimes e afirmou que haverá "tolerância zero" em relação aos culpados (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015)

1.2.4. Panorama socioeconômico

A situação da República Centro Africana é agravada não só pela por questões de segurança pública, mas também pela insegurança alimentar que em 2015 afetava 28% da população, 33% necessita de alguma ajuda humanitária, 700 mil cidadãos estão fora de casa e 288 mil estão refugiados em países vizinhos (AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK, 2015). Os rebeldes do Séléka, que surgiram para lutar contra as más políticas executadas pelo Bozizé, acabaram por repetir suas ações, saqueando a população civil e acabando com a agricultura e mineração do país através de

práticas ilegais, como o contrabando de diamantes e combustíveis (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2014).

O presidente Djotodia realizava gastos sem informar o Ministro das Finanças, repassando 50% dos ganhos econômicos do país para o setor presidencial além das despesas exorbitantes em viagens. Os “barões” do Séléka controlavam ministérios cobiçados, onde repetidamente fraudavam documentos, orçamentos e encobriam a entrada ilegal de armas e diamantes. Não havia controles orçamentários no governo que assumiu e a desorganização das finanças ficou visível ao final do ano de 2013, quando, com o esvaziamento dos cofres públicos, não havia dinheiro para quitar os salários dos funcionários públicos.

Uma companhia francesa, no governo de Bozizé, era responsável pelo setor securitário que treinava as tropas de policiamento. Com Djotodia a companhia que assumiu era registrada nos EUA, sob o comando de um cidadão francês. Na nova presidência, em 2014, novamente uma companhia francesa tentou assumir a função, porém as negociações estagnaram. Durante o governo de Djotodia, um esquema de “economia ilegal” foi armado e sustentava os ganhos ilícitos da milícia. A conjuntura do país se configurava em um ambiente propício para o surgimento de tais práticas, com a pobreza generalizada, uma administração corruptível e a falência do Estado. (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2014)

Em 2014 com a formação de um governo e a eleição de Catherine Samba-Panza, a economia passa por um período de re-estabilização. Apesar disso, o cenário ainda é muito precário. O país, sem saída para o mar, depende muito da agricultura e carece de infraestrutura. O governo planeja um desenvolvimento por localidades, para tentar atender às necessidades específicas de cada região, entretanto, ainda restam resquícios das tensões de 2013 que precisam ser superadas. Grande parte da recuperação econômica que se observa deviam-se de investimentos estrangeiros e de

investimentos do governo em infraestrutura, a fim de reorganizar e reerguer o país. As eleições e a ação da MINUSCA deram uma perspectiva de melhora nas condições socioeconômicas do país (AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK, 2015).

1.3. A questão do Sudão e do Sudão do Sul

1.3.1. Contexto histórico do Sudão

A República do Sudão está situada no continente africano, faz limite a norte pelo Egito, ao leste pelo Mar Vermelho, possuindo fronteira também com a Arábia Saudita, Eritréia e Etiópia. A sul, faz limite com a República do Sudão do Sul e a oeste pela República Centro-Africana, Chade e Líbia. O país tem por religião predominante o islamismo. Além disso, quase um quinto de sua população está abaixo da linha internacional da pobreza, aferido pelo censo de 2011, último registrado no país. Até a separação do Sudão do Sul, o Sudão era o maior país do continente africano e a sua população estimada é de 44.632.406 habitantes. Ademais, o país é dividido pelo Rio Nilo em parte ocidental e oriental.

O país é membro da ONU, da Liga Árabe, do Movimento de Países Não Alinhados, da União Africana e é membro observador da Organização Mundial do Comércio. A capital política do país é Cartum, principal cidade, pólo comercial, cultural e econômico. O país é uma República federalista presidencialista, democrática e representativa. O poder legislativo do estado sudanês é exercido pela Assembleia Nacional, baseada na lei islâmica.

O Sudão foi incorporado ao mundo árabe na expansão islâmica do século VII. O Sul se revoltou contra o controle muçulmano e sofreu incursões de caçadores de escravos. Entre 1820 e 1822, é conquistado e unificado pelo Egito e posteriormente

entra na esfera de influência do Reino Unido. Em 1881 eclode uma revolta nacionalista chefiada por Muhammad Ahmed bin' Abd Allah, líder religioso conhecido como Mahdi, que expulsou os ingleses em 1885. Ele morre logo depois e os britânicos retomam o Sudão em 1898. No ano seguinte, a Nação é submetida ao domínio egípcio-britânico. Obtém autonomia limitada em 1953 e independência total em 1956.

O Sudão está em guerra civil há 59 anos, com intervalos de paz. O conflito entre o governo muçulmano e guerrilheiros não-muçulmanos, baseados no sul do território, revela as realidades culturais opostas da Nação. A guerra e prolongados períodos de seca já deixaram mais de 2 milhões de mortos.

A introdução da Sharia, a lei islâmica, causou a fuga de mais de 350 mil sudaneses para países vizinhos. Ademais, a lei determina a proibição de bebidas alcoólicas e punições por enforcamento ou mutilação.

A formação do estado sudanês é marcada por diversos conflitos étnicos, como reflexo da problemática divisão político geográfica dos países africanos. O país foi colonizado pela Inglaterra e Egito e sua independência deu-se em 1956, encadeando uma guerra civil com término em 1972. A segunda guerra civil perdurou de 1983 a 2005, sua história perpassa o embate cultural, racial e religioso. Um indicador de percepção da corrupção em vários países apontou o Sudão entre os cinco países mais corruptos do mundo. O país, segundo o Índice Global de Fome de 2013, tem um valor indicador GHI de 27, demonstrando um dado preocupante de situação de fome. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 0,414, o coloca entre os países com menores níveis de desenvolvimento humano.

Mesmo com os recentes investimentos em infraestrutura, o país tem uma situação econômica grave. Desde o final da década de 1990 que o Sudão tem acatado medidas de diretrizes macroeconômicas aconselhadas pelo FMI, começaram a exportar petróleo, principalmente, para a China. A prospecção, em sua maioria, está

no Sudão do Sul e as refinarias e porto para escoamento pelo Mar Vermelho no Sudão. Apesar de todos os desenvolvimentos do setor petrolífero, a base da economia está no setor primário, em especial, a agricultura que emprega 80% da força de trabalho e contribui com quase metade do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

1.3.2. Contexto histórico do Sudão do Sul

Os povos do Nilo: os Dinka, Nuer, Shilluk, e outros entraram pela primeira vez no Sudão do Sul em algum momento antes do século X. Durante o período que vai do século XV ao século XIX, as migrações tribais, em grande parte da área de Bahr el Ghazal, trouxeram esses povos aos seus locais atuais. O povo não nilótico Azande, que entrou no Sudão do Sul no século XVI, estabeleceu o maior estado da região. Os Azandes são o terceiro maior grupo étnico do Sudão do Sul. Eles são encontrados na faixa de floresta tropical do estado de Equatória Ocidental e no estado de Bahr al-Ghazal Ocidental.

No século XVIII, o povo Avungara entrou e rapidamente impôs sua autoridade sobre os Azandes. O poder dos Avungaras permaneceu praticamente sem contestação até a chegada dos ingleses no final do século XIX, período neocolonialista. Barreiras geográficas impediram a propagação do Islã para os sulistas, permitindo-lhes manter a sua herança social e cultural, bem como suas instituições políticas e religiosas.

No século XVIII, os azandes tiveram relações difíceis com seus vizinhos, os povos Moru, Mundu, e pequenos grupos de Bahr el Ghazal, devido à política expansionista do rei destes Gbudwe. No século XIX, os azandes lutaram contra os franceses, belgas e mahdistas para manter sua independência. O Egito, sob o governo do Quediva Isma'il Paşa, tentou primeiro controlar a região na década de 1870,

estabelecendo a província de Equat6ria na porç6o sul. O primeiro governador eg6pcio da província foi Samuel White Baker, comissionado em 1869, seguido por Charles George Gordon em 1874 e por Emin Paça em 1878. A revolta Mahdista da d6cada de 1880 desestabilizou a nova província e Equat6ria deixou de existir como posto avançado eg6pcio em 1889. Importantes assentamentos na Equat6ria inclu6am: Lado, Gondokoro, Dufile e Wadelai. Em 1947, as esperanças britânicas de unir o sul do Sud6o com Uganda foram frustradas pela Confer6ncia de Juba, que unificou o norte e o sul do Sud6o.

A Rep6blica do Sud6o do Sul 6 um pa6s de recente formaç6o. Sua independ6ncia do Sud6o, inserç6o como membro das Naç6es Unidas e Uni6o Africana ocorreram em julho de 2011. Sua constituiç6o deriva da formaç6o do estado sudan6s, que por sua vez derivou da col6nia Sud6o Anglo-Eg6pcio, tornando-se independente em 1956. Ao fim da Primeira Guerra Civil Sudanesa em 1972, o Sul tornou-se uma regi6o aut6noma, essa autonomia durou at6 1983. Durante a Segunda Guerra Civil Sudanesa a parte do Sul foi reincorporada ao poder central, sendo isso fonte dos conflitos que refletiram a disparidade 6tnica religiosa no pa6s. A autonomia da regi6o foi retomada em 2005, com o fim da Guerra, pelo Tratado de Naivasha, assinado no Quênia, com o Ex6rcito Popular de Libertaç6o do Sud6o.

Al6m da divisa com o Sud6o ao norte, o Sud6o do Sul faz fronteira a leste com a Eti6pia, ao sul com o Quênia, Uganda e Rep6blica Democr6tica do Congo e a oeste com a Rep6blica Centro Africana.

A sede de governo e administraç6o do Sud6o do Sul 6 Juba, a capital, que 6 a maior cidade do pa6s no aspecto populacional. Apesar da sua riqueza mineral em Petr6leo, 6 um dos pa6ses mais pobres do mundo, com altas taxas de mortalidade infantil, enquanto reflexo de um sistema de sa6de quase que inexistente, considerado um dos piores do mundo. Em termos educacionais, somente 30% da populaç6o acima

dos 15 anos é alfabetizada, e é praticamente nulo o investimento em educação de base no país.

No Sudão do Sul encontram-se 75% das reservas de petróleo que pertenciam ao estado sudanês, localizadas principalmente na região de Abyei, que correspondem a 90% do PIB do país. Porém as refinarias e oleodutos de escoamento da exportação encontram-se no Norte, responsável pelo transporte até o Mar Vermelho.

1.3.3. A criação da MINUSS e a eclosão do conflito no Sudão do Sul

A Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul (MINUSS) foi criada em 2011 pelo Conselho de Segurança da ONU, por via da Resolução 1996, uma missão de *peacekeeping*, que, inicialmente, teria a duração de um ano, com as finalidades de consolidação da paz e da segurança bem como prover subsídios que articulem um melhor desenvolvimento para a região.

Logo após a independência do Sudão do Sul do Sudão, como consequência de um referendo realizado em julho de 2011, que propôs a divisão do então Sudão entre as partes norte e sul. Ademais, a missão intentava fortalecer os pilares democráticas do governo central de Juba, capital sul-sudanesa, bem como aprimorar as relações exteriores com as nações circundantes.

Em dezembro de 2013, uma onda de violência brutal abalou o país recém-criado, devido a tensões políticas entre o presidente, Salva Kiir, e o ex-vice-presidente, Riek Machar, que fora deposto sob acusações de tentativa de perpetrar um golpe de Estado. Machar alegou que as acusações eram inverídicas e, na verdade, serviram para incitar um conflito com o intuito de desviar a atenção do fracasso da má administração do presidente, cujo passado militar o tornou intolerante aos dissensos. Kiir, em resposta, descreve seu rival como o “profeta da destruição”, responsabilizando-o pelo desequilíbrio doméstico que tomou forma no solo sul-

sudanês.

O desenrolar do antagonismo entre os líderes políticos culminou no envolvimento dos dois maiores grupos étnicos locais, o Dinka e o Nuer. Os Dinka representam a maior parcela da população, cerca de 35.8%. Nômades e criadores de gado, movimentam-se nos períodos de estiagem em direção às regiões ribeirinhas e retornam aos assentamentos definitivos durante a época das chuvas. Os Nuer, segundo maior grupo, abrangem aproximadamente 15.6% dos habitantes e apresentam uma configuração social semelhante àquela dos Dinka, com quem têm um histórico de disputas territoriais (CIA, 2014).

O embate remonta ao período pré-independência, das divisões internas do Movimento de Libertação do Povo Sudanês (MLPS) durante a Segunda Guerra Civil sudanesa, o qual posteriormente viria a ser um dos partidos políticos dominantes no país. O movimento foi criado na década de 1980, por John Garang, um Dinka, que pregava maior autonomia aos povos sulistas, sem, no entanto, quebrar a unidade territorial com a porção norte. Por conta de divergentes percepções acerca da situação, que culminaram na contestação da liderança de Garang, sob acusação de autoritarismo e clientelismo, surge na década de 1990 o MLPS-Nasir, liderado Riek Machar e Lam Akol, uma organização radical de ideologia secessionista (divisão territorial) que buscava derrubar a liderança Dinka do MLPS. Passados anos de violência, contabilizados milhares de mortos, os líderes das facções assinaram um acordo de paz em 2002, marco que possibilitou o retorno de Riek Machar ao seio do MLPS.

Após sua deposição do cargo de vice-presidente, Riek Machar ressuscitou as rivalidades históricas entre os Dinka e os Nuer ao organizar levantes militares contra a administração de Juba, dando início a uma crise humanitária que afeta sete dos dez estados sul-sudaneses. Estima-se que a onda de violência tenha ocasionado 10 mil

mortes e mais de um milhão de refugiados, além de violações dos direitos humanos por ambas as partes dos conflitos (ONU, 2014). Um acordo de cessar-fogo foi assinado entre o presidente Kiir e Machar, em maio 2014, na capital da Etiópia, todavia, o abuso da força física continuou a ocorrer.

A Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, bloco comercial que integra oito países da África Oriental, interveio na região para garantir que os resultados da guerra fossem menos danosos à economia e que um acordo de paz efetivo fosse iminente. O grupo enviou forças armadas para assegurar a preservação dos campos de petróleo, alvos frequentes de ataques dos revoltosos, e outras áreas frágeis onde se localizam obras de infraestrutura do país. Desse modo, a Autoridade propôs reformas na estrutura institucional do MLPS e uma revisão da carta magna sul-sudanesa para evitar que novos conflitos ocorram no decorrer das próximas eleições previstas para junho de 2015. Com o apoio a União Africana, a IGAD buscou, ainda, promover uma metodologia de mediação para o problema.

Uma autorização temporária para aumentar o efetivo de tropas de 7.000 para 12.500 foi aprovada pelo Conselho de Segurança (ONU, 2014). Em fevereiro de 2014, o Subsecretário Geral de Operações de Paz (*Peacekeeping Operations*), Hervé Ladsous, anunciou que a missão passaria a seguir quatro novos propósitos: segurança dos civis, proteção dos direitos humanos, ajuda aos atores humanitários e auxílio na mediação de resolução de conflitos.

1.3.4. O mandato da MINUSS

Com o fim de alcançar os propósitos do seu mandato, a MINUSS tem desenvolvido complexas atividades e projetos, com o auxílio de organizações humanitárias, no intuito de tentar mitigar os efeitos nefastos da guerra civil. Nesse

sentido, a missão forneceu assistência médica a centenas de feridos e suporte a dezenas de mulheres grávidas, as quais acabaram dando à luz sob os cuidados da equipe médica dos agentes humanitários.

Em parceria com o governo sul-sudanês, a UNICEF e várias organizações não governamentais, a MINUSS atuou no sentido de garantir a muitas crianças deslocadas a possibilidade de prosseguir regularmente nos estudos, assegurando sua trajetória à escola para a realização do período de provas.

A missão também tem trabalhado para a atenuação de problemas infraestruturais sul-sudaneses, como se observa na elaboração e implementação de projetos que facilitam o acesso à água encanada e na construção de uma ponte ligando as cidades de Madubai Boma e Maridi.

Além disso, a missão busca trabalhar de forma transparente e imparcial, assumindo uma posição de neutralidade em relação ao conflito, isto é, não favorecendo nenhuma das partes envolvidas e atendendo a todos aqueles que procuram seu amparo de igual maneira. Uma de suas características fundamentais, ainda, consiste no monitoramento do cumprimento dos tratados de direitos humanos. Equipes de profissionais foram designadas para a investigação de casos de desrespeito aos direitos humanos e posterior elaboração de relatórios, a fim de que sirvam de provas para uma eventual punição dos acusados pelas agências internacionais responsáveis.

1.3.5. As limitações da missão

As bases da ONU no Sudão do Sul chegaram ao ápice da sua atuação em 2014, dando abrigo a cerca de 85.000 pessoas que precisaram se deslocar em função da situação de calamidade do país (JOHNSON, 2014). No entanto, o governo de Juba começou a disseminar um discurso anti-MINUSS, questionando a neutralidade e

imparcialidade da missão e alegando que os agentes humanitários estavam, na verdade, apoiando os grupos rebeldes contra as forças do Estado. Provocando uma visão negativa por parte de setores da população, uma vez que muitos dos sul-sudaneses ficaram receosos em relação ao papel imparcial da MINUSS, o que pode ter impedido que mais pessoas recebessem auxílio dos capacetes azuis, além de ter limitado a ação dos agentes humanitários. Houve, inclusive, na capital e em várias cidades do Sudão do Sul, manifestações contra as Nações Unidas, pedindo a retirada da missão.

Assim como em outras missões dessa natureza, até que o Direito Internacional seja reformulado em alguns aspectos que concernem à relação entre a soberania estatal e o imperativo de agir em defesa dos direitos humanos, há fatores limitadores para que a ONU tenha maior sucesso em suas missões, tais como inúmeras leis municipais, regionais ou nacionais que impedem uma ação mais efetiva e intensa da organização, de forma a realizar seu potencial. Por essa razão, a MINUSS tem sido muito criticada por não exercer seu papel finalístico. Um país inteiro está à beira de um colapso quase impossível de ser evitado em um pequeno espaço de tempo, tendo em vista que a nação conquistou sua independência muito recentemente e não possui uma estrutura política e socioeconômica forte, estável e coesa.

A base da missão de paz da ONU é o acampamento de Tomping, em Juba, capital do país, tem sido abrigo para pessoas que fugiram para salvar suas vidas quando o conflito eclodiu em dezembro. Elas estão lotando as partes baixas do complexo, que geralmente inundam. Casos de doenças diarreicas, infecções respiratórias e doenças de pele representam mais de 60% dos atendimentos das agências humanitárias internacionais. O plano da ONU para estabelecer um local alternativo tem sofrido atrasos na implantação e não é, atualmente, realista. Repetidos pedidos de organizações para que o campo de Tomping fosse expandido para outros

espaços não sujeitos a inundações dentro do complexo, ao menos como medida paliativa para salvar vidas, foram recusados sem explicações.

Segundo ao Médicos Sem Fronteiras (MSF), 40.000 pessoas estão abrigadas, por causa da guerra civil ocorrida no Sudão do Sul, numa área de acampamento inundada e superlotada estabelecida pela ONU, e suportam condições “mal compatíveis com a vida e incompatíveis com a dignidade humana”, devendo ser ajudadas antes que algum desastre ou um tipo de doença as forcem a voltar para as zonas de conflito. Os habitantes dos arredores da cidade de Bentiu, perto da fronteira com o Sudão, têm também que lidar com a ameaça de violência vinda dos grupos armados existentes sempre que empreendem a coleta de madeira para cozinhar.

Ivan Gayton, coordenador em casos de emergência dos MSF, reconheceu a extrema insuficiência da área, onde tiros e explosões são ouvidos diariamente e onde a pista de decolagem local foi recentemente bombardeada. A cidade de Bentiu tem, frequentemente, oscilado entre o governo e o controle dos rebeldes. Em agosto de 2014, a MINUSS mostrou-se “seriamente preocupada” depois de soldados do governo celebrarem o dia dos veteranos de guerra no espaço aéreo por meia hora. Os tiros machucaram uma criança dentro do acampamento e a MINUSS encontrou nove balas em suas acomodações e no prédio que continha vários escritórios. Três dias antes, a violência em Bentiu obrigou 340 pessoas a buscarem abrigo no aeroporto junto às tropas da MINUSS. Gayton concluiu, então, que “a ONU está fazendo um bom trabalho protegendo as pessoas que têm fugido da violência decorrente da guerra civil, mas nós precisamos de mais” (JONES, 2014).

A partir desse contexto, podem-se apontar as principais falhas da MINUSS: mesmo que a ONU tenha enviado um alto número de capacetes azuis, eles não têm obtido sucesso; a violência continua a se alastrar pelo país e milhares de pessoas já morreram por causa dos conflitos envolvendo as disputas de poder; um grande

número de habitantes teve que se mudar para outros lugares em razão das hostilidades, aumentando a quantidade de refugiados; os mandatos governamentais localizados restringem os esforços para se manter a paz; as pessoas no Sudão do Sul temem que a missão seja igual às tentativas de manutenção da paz dos capacetes azuis da ONU no caso de Darfur e que não consiga conter as alterações, pois, além de tudo, envolvem também conflitos intertribais.

Portanto, reflete-se sobre a eficiência da missão. Mais de sete mil tropas de mais de 60 países estão distribuídas no Sudão do Sul, são gastos 1 bilhão de dólares por ano para o cumprimento do mandato e sem embargo os objetivos estabelecidos não são alcançados. Sabe-se que “os elementos políticos e diplomáticos da responsabilidade internacional para com a maioria dos conflitos nos países africanos são muito lentos e não têm apresentado eficácia”, como afirma John Predergast, ativista da organização humanitária Enough Project, atuante no Sudão e no Sudão do Sul (RAGHAVAN, 2014).

1.3.6. O futuro da MINUSS

Por conseguinte, pode-se inferir que a atuação da UNMISS não tem obtido êxito satisfatório por diversos fatores como, mandatos fracos, insuficiência de recursos, embates tribais e a ocorrência de uma clara divisão dentro do MPLS, que havia se tornado o partido oficial do governo. Esse é um cenário perfeito para inviabilizar qualquer tentativa de estabilidade nacional e de manutenção da paz. Desse modo, com o país à beira de um conflito geral, e com a impossibilidade de estabilização num futuro próximo, as perspectivas negativas em relação à missão tendem a continuar e seus objetivos não serão satisfatoriamente alcançados.

No entanto, embora a Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul

tenha muitas fragilidades, ineficiência, e seja passível de inúmeras críticas, não se deve diminuir a relevância dos feitos da ação humanitária. Por mais que os resultados, de maneira geral, sejam rasos, é impossível calcular a diferença que os capacetes azuis podem ter desempenhado na existência individual de cada uma das pessoas que procuraram a proteção da ONU. Certamente, haveria uma conjuntura um tanto mais caótica e trágica na ausência da intervenção humanitária.

No mais, deve-se considerar que os agentes humanitários da missão desenvolveram ações para além de seu mandato e conseguiram auxiliar, ainda que de forma insuficiente, milhares de sul-sudaneses vítimas do conflito. Em novembro de 2014, observando a situação caótica do país, o Conselho de Segurança determinou a prorrogação do tempo de vigência da MINUSS, estendendo seu mandato até 2015, visto que o conflito na região se mostra distante de uma possível resolução.

1.3.7. A UNAMID

A União Africana em parceria com a Organização das Nações Unidas criou a missão mista de paz em Darfur (UNAMID, sigla em inglês), desde 2007 atuam no âmbito humanitário com assentamentos para os refugiados, distribuição de medicamentos, atendimento médico, e outras atividades de apoio prestadas pelos agentes humanitários. Os líderes das duas entidades têm demonstrado grande preocupação, devido o recrudescimento dos combates entre o Governo do Sudão e o Exército de Libertação do Sudão/Abdul Wahid, na região de Jebel, em Darfur, e às suas consequências nas populações civis.

Dlamini Zuma e Ban Ki-moon lançaram igualmente um apelo para a liberdade de movimento dos trabalhadores humanitários sublinhando os seus esforços e apoiados destes para proteger e socorrer populações civis afetadas pelos combates.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas vem demonstrando interesse em cooperação plena com a União Africana no sentido de as entidades se apoiarem não somente na perspectiva de pacificação do conflito, mas também da responsabilização criminal dos líderes governistas e dos grupos armados que cometem crime de guerra, por meio da investigação e julgamento pela Corte Internacional Criminal, que já realiza investigações concernentes aos conflitos em Darfur.

1.4. Posicionamento das delegações acerca do tópico

1.4.1. República de Angola

Expressa séria preocupação sobre a situação do continente africano. Acredita que, além das missões de paz, é preciso que sejam estabelecidos outros tipos de cooperação entre os governos necessitados, os governos próximos e as Nações Unidas. Para a delegação, o Conselho de Segurança precisa estreitar o diálogo com a União Africana e reiterar as decisões da organização para conseguir uma real mudança nos conflitos.

1.4.2. República do Chade

O Chade defende que o conflito de Darfur deve ser resolvido não somente pela via do diálogo e cooperação dos governistas e rebeldes, mas defende a integração dos trabalhos do Conselho de Segurança ao da União Africana, entidade esta que defende a efetiva e imparcial investigação dos possíveis crimes de guerra cometidos por ambos os lados do embate. A delegação crê na necessidade de responsabilização criminal cabível pelo Tribunal Penal Internacional, para que a impunidade não seja um combustível aos que atentam contra a paz e a vida.

O país é contra intervenções militares na região de Darfur, mas acredita que o processo de paz deve ser simultâneo ao de justiça e que todos os grupos armados devem ceder, no sentido de cooperarem com a construção de um diálogo viabilizado

pela União Africana que pode mostrar-se mais efetivo ao ser sintonizado com a atuação do Conselho de Segurança.

Quanto ao conflito na República Centro Africana o país coaduna com a posição geral do Conselho de Segurança, e enfatiza a necessidade de atuação conjunta com a União Africana no apoio ao desarmamento, a reforma do sistema de segurança, o desenvolvimento social e econômico e a responsabilização pelos crimes de guerra cometidos.

1.4.3. República do Chile

O Chile lamenta imensamente a situação de calamidade das regiões em crise humanitária na África e enfatiza a importância de reuniões que visam combater essa situação. É imprescindível que as nações se mobilizem para impedir que mais inocentes sejam atingidos e para garantir que os mantimentos e auxílio cheguem devidamente aos que passam necessidade e vivem em constante perigo em seus próprios países. Contudo, o Chile está consternado com a quantidade de denúncias de abusos cometidos pelas forças das Nações Unidas nos países africanos. As regiões já tão conturbadas têm encontrado mais formas de violência de quem vem sob o pretexto de ajudar, o que é inadmissível. Assim, mesmo acreditando que os países não devem poupar esforços para resolver os embates africanos e amenizar seus danos, crê que as missões e intervenções devem ser implantadas com muita cautela, para que não se tornem novos problemas para a tão sofrida região.

1.4.4. República Popular da China

A China tem sido um fiel investidor das economias africanas, objetivando o desenvolvimento e prosperidade das nações, é um dos maiores parceiros comerciais das regiões africanas. A nação chinesa encaminhou médicos e engenheiros civis para a República Central Africana no final da década de 90 e o comércio com a República vem intensificando-se desde então. Além disso, o país ofereceu ao Sudão uma

oportunidade de cooperação econômica muito benéfica. Ademais, O Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) propicia reuniões entre líderes africanos e chineses desde 2000. Foram conquistados diversos progressos nestas, que, além do desenvolvimento das nações, propõem parcerias estáveis de longo prazo, com benefícios mútuos para os participantes, são pautadas também maneiras de estabelecer a paz nos países africanos conflituosos. A República Popular da China vê com grande tristeza a crise humanitária enfrentada pelo continente e urge por ações que modifiquem esse cenário, contudo, não acredita em intervenções que desrespeitem a soberania do país.

1.4.5. Reino da Espanha

A Espanha se mostra muito satisfeita com a discussão das crises humanitárias na África por entender que é missão da comunidade internacional fazer o que está ao seu alcance para ajudar a resolver a questão. Em relação a RCA, como membro da União Europeia, a Espanha enviou uma tropa para atuar na EUFOR RCA e seu ministro da defesa declarou que “a Espanha não pode ficar cega diante da situação”. Também prestou apoio a operação francesa Sangaris. Na questão do Sudão e do Sudão do Sul, a Espanha participa do embargo promovido pela União Europeia. Ela também, em 2007, fez uma doação de 10 milhões de euros para ajuda humanitária no Sudão. Mantendo-se sempre alinhada à UE, a Espanha espera que essa reunião possa progredir nessas questões tão delicadas.

1.4.6. Estados Unidos da América

A delegação americana reconhece a crise humanitária estabelecida no Sudão do Sul, em Darfur e na República Centro Africana. Os EUA defendem o papel das missões de paz em garantir a proteção de civis e assegurar o cumprimento de acordos estabelecidos visando garantir a estabilidade dos países em conflito.

1.4.7. Federação da Rússia

A Rússia mantém uma posição de cautela quanto ao conflito no Sudão do Sul, tendendo a apoiar moderadamente os líderes governistas de Darfur. O país enfatiza a responsabilidade solidária dos grupos rebeldes, afirmando suas violações ao direito humano, seja por culpa na morte de civis, recrutamento de crianças para o combate tanto na criação de obstáculos as ações da missão de paz das Nações Unidas.

Ao passo que o governo russo reconhece a responsabilidade das forças governistas, ressalta em seu posicionamento a tentativa de se buscar uma solução por meio da aproximação de tribos rivais. A repudia ao uso de escudo humano composto por civis para barrar ataques por ambos os lados é sempre claro nos posicionamentos russos.

A Federação Russa é veemente contra o emprego indiscriminado de sanções ao governo do Sudão por acreditar em um efeito reverso e nocivo dessas, preza pela cautela nas investigações e imparcialidade, principalmente no que tange a responsabilização criminal dos envolvidos por meio do Tribunal Penal Internacional.

Quanto ao que tange os acontecimentos na República Centro Africana, é unanimidade a posição dos países que compõem o Conselho de Segurança a necessidade de fortalecimento das instituições democráticas do país, a realização de eleições e uma nova constituinte. A Rússia defende a intensificação e manutenção das punições internas concomitantemente ao aprimoramento da aplicação das penas e segurança das prisões, visando combater a impunidade.

1.4.8. República Francesa

A França se mostra consternada com as crises humanitárias que vem acometendo o continente africano. Por mais de 50 anos o país possuiu colônias no continente, incluindo a República Centro Africana. No ano de 2013 com a aprovação

do CSNU, a França enviou uma tropa para a execução da operação Sangaris, visando reforçar a MISCA e as forças nacionais contra os rebeldes. Também a França foi um dos países que levou a crise a primeira vez ao CS, reforçando o quão atuante o país é nesta questão. Essa reunião se mostra extremamente importante, visto que há várias denúncias de abusos cometidos pelas forças das Nações Unidas e que a França mantém uma relação próxima com o país seja no quesito político seja no quesito econômico. Atualmente a França compõe o grupo de auxílio formado por membros da União Europeia, provendo suporte logístico e ajuda humanitária para estabilizar a crise na região. Na questão envolvendo o Sudão e o Sudão do Sul, a França presta forte apoio a UNAMID e participa dos embargos propostos pela ONU e pela União Europeia. Desde o começo do conflito a França presta todo tipo de apoio a crise, visando a estabilização da região. A França clama para que haja diálogo entre governos e movimentos de libertação, e que os rebeldes permitam o acesso de ajuda humanitária nas áreas afetadas, pelo bem dos civis.

1.4.9. Reino Hachemita da Jordânia

A Jordânia vê a situação toda com grande pesar e entende a importância da reunião para tentar estabilizar as duas áreas de crises humanitárias. A Jordânia vem prestando auxílio para as crises através das forças de paz da ONU e o atual embaixador representando o país no CSNU é um ex-soldado dos capacetes azuis, sendo um grande defensor dos direitos humanos e valorizando a ajuda nas crises humanitárias que ainda acometem a África.

1.4.10. República da Lituânia

A Lituânia em seu posicionamento exalta fortemente a atuação da Corte Internacional, o trabalho de investigação e responsabilização dos crimes de guerra cometidos pelos líderes governistas do Sudão e pelos rebeldes das tribos em conflito. A impunidade é o combustível para a persistência na infração dos direitos humanos e

impede que as ações de paz prossigam com todas suas forças e recursos na guerra.

O país defende a atuação concreta do Conselho de Segurança em resposta a não cooperação dos líderes governistas e grupos armados quanto os ataques a civis, que acontecem principalmente por meio de bombardeios aéreos. A responsabilização criminal dos envolvidos deve ser simultânea aos esforços para restabelecimento da paz e ordem na região, a cooperação para a concretização das resoluções adotadas deve ser não somente por parte dos envolvidos diretos no conflito, mas de todos os países que possam interferir na solução.

O país no que toca o conflito na República Centro Africana defende a urgente necessidade de extinção dos grupos armados e que atentam contra o governo de transição, salienta a importância de repatriação dos refugiados, do incentivo ao desenvolvimento social e também ao fortalecimento das instituições políticas do país. A responsabilização criminal interna e externa como meio de combate à impunidade e incentivos a novas violências.

1.4.11. Malásia

A Malásia enxerga a crise humanitária na África como consequência direta dos problemas persistentes de segurança precária e da falta de estabilidade política tanto no Sudão, quanto na República Centro Africana.

Apoia veementemente o trabalho da Corte Internacional no seu trabalho de Investigação, processo e julgamento dos culpados pelo cenário de horror na região e reclama aos líderes governistas o combate à impunidade no âmbito de suas jurisdições internas tanto pelos crimes de guerra, ataques a civis. E também a responsabilização pelas mortes dos agentes da ONU e União e Africana que se mostra tática absurda de uso de força contrária ao restabelecimento de paz e ordem, visando manter um cenário caótico por busca de poder sem nenhuma ponderação do impacto

social e humanitário sobre a população sudanesa e centro africana.

1.4.12. República Federal da Nigéria

A Nigéria reconhece a importância das missões de paz no continente africano, bem como as dificuldades enfrentadas pelos enviados a locais de extremo risco e violência. Condena, portanto, ações violentas contra os soldados da ONU que dedicam suas vidas para assegurar a devida manutenção da segurança de civis.

A delegação não deixa de acreditar que abusos por partes das tropas devem ser prontamente identificados e investigados para que os culpados sejam levados à justiça, principalmente quando envolvem relatos de abusos sexuais contra mulheres e meninas menores de idade.

1.4.13. Nova Zelândia

A Nova Zelândia tem uma posição forte quanto a não cooperação e não cumprimento das resoluções do Conselho de Segurança sobre a crise humanitária na África. Mesmo que haja divergências sobre as posturas a serem tomadas quanto a inércia dos agentes políticos e organizações frente às deliberações resolutivas, é urgente que o assunto esteja em pauta e que seja salientada a necessidade de aplicação dos mecanismos de efetividade e concretização, a fim de se evitar a impunidade e estagnação na situação conflituosa e caótica atual.

Outro ponto importante do posicionamento do país é quanto à necessidade de se fortalecer a relação e o canal de comunicação do Conselho com os países em foco, mais do que fortalecer, construir um novo relacionamento. A junção de cooperação efetiva e de alternativas de diálogo tendem a restaurar a credibilidade das resoluções e da atuação das Nações Unidas nesse cenário de crise humanitária que se prolonga há muito.

1.4.14. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

Quanto a crise humanitária na África, o país defende fortemente a cooperação de todos os agentes e instituições políticas, tanto internos como os externos aos países dos conflitos, para a concretização das resoluções já adotadas que visam o restabelecimento de um cenário de paz, segurança e estabilidade. O Reino Unido defende a atuação da Corte Internacional Criminal e vem reclamando pela atuação efetiva do governo sudanês na execução das prisões dos condenados por crimes de guerra, que atualmente ocupam altos cargos no governo, a fim de combater a impunidade que é combustível para a guerra.

No âmbito da República Centro Africana o país vê como urgente a estabilização política, os incentivos ao desenvolvimento social e econômico e o combate aos empecilhos para as ajudas humanitárias e de apoio na manutenção da segurança. A diretriz defendida pelo país é o da efetiva cooperação política e institucional, demonstrando a necessidade de alinhamento das atividades das Nações Unidas com as da União Africana.

2.4.15. República Centro-Africana

O presidente da República Centro-Africana entre 2003 e 2013, François Bozizé, conduzia a política externa de seu governo com o objetivo prioritário de obter apoio da comunidade internacional. Esse objetivo perpetuou-se nos anos seguintes até os dias atuais, refletindo-se na relação do país com países doadores de recursos para o desenvolvimento econômico (como Estados Unidos, Alemanha e Japão) da República Centro-Africana e com organismos internacionais em geral. Portanto, a posição oficial da República Centro-Africana em relação às intervenções em seu próprio território é majoritariamente conciliatória.

Contudo, a República Centro Africana tem dificuldades em engajar-se em diálogos pautados na cooperação com seus vizinhos devido a conflitos entre eles

mesmos - uma visita oficial ao Sudão em 2006 teve de ser cancelada, por exemplo, por uma ameaça do Chade em retirar suas tropas humanitárias da RCA caso esta ocorresse. Porém, ainda assim, a República Centro-Africana se mostra solidária à situação sudanesa, tendo recebido em seu território milhares de refugiados do conflito do Sudão nos anos 90.

2.4.16. República Bolivariana da Venezuela

Muito preocupa a Venezuela a situação de crise humanitária que assola a África. O país acredita que a mobilização das Nações Unidas é importante para ajudar à região, entretanto, a soberania dos países deve ser respeitada. Ademais, as medidas tomadas devem ser eficazes, manejadas apenas para melhorar as condições conturbadas das regiões africanas, e não para sobressair os interesses das nações poderosas. Além disso, o país crê que recorrer a medidas como sanções, muitas vezes, não é a maneira mais eficiente de resolver os problemas, pois as soluções pacíficas, baseadas no diálogo, devem sempre prevalecer.

3. Referências Bibliográficas

AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK. République Centrafricaine 2015. Disponível em: <<http://www.africaneconomicoutlook.org/fr/notes-pays/afrique-centrale/republique-centrafricaine/>>. Acesso em 19/12/2015.

AMNESTY INTERNATIONAL. CAR: UN troops implicated in rape of girl and indiscriminate killings must be investigated. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2015/08/car-un-troops-implicated-in-rape-of-girl-and-indiscriminate-killings-must-be-investigated/>>. Acesso em 20/01/2016.

BUCHANAN, Elsa. Central African Republic: Anti-Balaka militias kidnap vice president amid new surge of violence. Disponível em: <<http://www.ibtimes.co.uk/central-african-republic-anti-balaka-militias-kidnap-vice-president-amid-new-surge-violence-1524662>> Acesso em 20/01/2016;

FRANCE PRESSE. Franceses seguem com operação na República Centro-Africana. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/12/franceses-seguem-com-operacao-na-republica-centro-africana.html>> Acesso em: 20/01/2016;

GIROUX, Jennifer; LANZ, David; SGUAITAMATTI, Damiano. The Tormented Triangle: The Regionalization of the Conflict in Sudan, Chad and the Central African Republic. Crisis States Research Centre, 2009.

GRAHAM, James. The violent breakup of Yugoslavia. Disponível em: <<http://www.historyorb.com/europe/yugoslavia2.shtml>>. Acesso em 20 de Outubro de 2015.

HERBERT, S., DUKHAM, N. & Debos, M. State fragility in the Central African Republic: What prompted the 2013 coup? Birmingham, UK: GSDRC, Universidade de Birmingham, 2013.

HUMAN RIGHTS WATCH. Ils sont Venus pour tuer. Disponível em: <<https://www.hrw.org/fr/report/2013/12/19/ils-sont-venus-pour-tuer/escalade-des-atrocites-en-republique-centrafricaine>>. Acesso em: 25/01/2016;

HUMAN RIGHTS WATCH (2013). "I can still smell the Dead": The Forgotten Human Rights Crisis in the Central African Republic. USA, 2013;

INTERNATIONAL CRISIS GROUP (2014). The Central African Crisis: From Predation to Stabilisation. African Report n° 219. Belgium, 2014;

JOHNSON, Tara. Acculturation: Implications for Individuals, Families and Societies. Nova Science Publishers, Inc., 2010.

KAHN, Clea. Conflict, Arms, and Militarization: The Dynamics of Darfur's IDP Camps. Sudan Working Papers, Small Arms Survey, Number 15, September 2008.

ONU. MINUSCA. Disponível em:
<<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minusca/index.shtml>>. Acesso em: 25/01/2016.

POWER, Samantha. Genocídio: A Retórica americana em questão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RFI. République Centrafricaine. Disponível em:
<<http://www.rfi.fr/contenu/republique-centrafricaine-chronologie-dates-carte-geographie-demographie-economie-chiffres>>. Acesso em: 20/01/2016.

SCHNEIDER, Luíza. As Causas Políticas do Conflito no Sudão: Determinantes Estruturais e Estratégicos. Monografia – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

State of anarchy: rebellion and abuses against civilians. Human Rights Watch, Vol. 19, No. 13(A), Setembro de 2007.

Sudan: The Prospects for "National Dialogue". Africa Briefing N°108, 11 Mar 2015.

The Central African Crisis: From Predation to Stabilization. ICG Africa Report 219, 2014.

The Chaos in Darfur. Africa Briefing N°110, 22 Apr 2015.

THE GUARDIAN. UN receives new allegations of rape by Minusca peacekeepers in CAR. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2015/aug/19/un-receives-new-allegations-of-by-minusca-peacekeepers-in-car>> Acesso em: 20/01/2016.